- 1 oficial de diligências.
- 2 assistentes sociais.

Art. 3.º A distribuição dos serviços e do pessoal pelas secções será feita por ordem de serviço do juiz, aprovada pelo presidente da Relação.

Art. 4.º Enquanto não forem criados novos tribunais de execução das penas, pertencerá ao tribunal de Lisboa a jurisdição na área dos distritos judiciais de Lisboa e Coimbra e ao tribunal do Porto a jurisdição na área do distrito judicial do Porto, sem prejuízo, todavia, do disposto no § único do artigo 31.º do decreto-lei n.º 35:044, de 20 de Outubro de 1945.

Art. 5.º A constituição das secretarias e do quadro do pessoal pago pelo Cofro dos Conservadores, Notários e Funcionários de Justiça pode ser alterada por despacho do Ministro da Justiça, nos termos do § 4.º do artigo 12.º do decreto n.º 34:553, de 30 de Abril de 1945, com referência ao § único do artigo 30.º do Estatuto Judiciário.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 30 de Novembro de 1946.— ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite.

Direcção Geral da Justiça

Portaria n.º 11:597

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça, que, nos termos do artigo 38.º do Estatuto Judiciário, seja aumentado com um lugar de oficial de diligências o quadro do pessoal da secretaria judicial da comarca de Corucho.

Ministério da Justiça, 30 de Novembro de 1946.— O Ministro da Justiça, Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira.

MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA E DAS FINANÇAS

Portaria n.º 11:598

Para execução do disposto no artigo 27.º e suas alíneas do decreto-lei n.º 35:969, de 22 de Novembro de 1946: manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros da Justiça e das Finanças, aprovar e pôr em execução as seguintes instruções:

I

Constituição dos fundos permanentes, sua reconstituição e entrega de receitas

1.º Na transferência dos fundos destinados à Colónia Penal de Cabo Verde proceder-se-á nos termos que se seguem:

a) As importâncias autorizadas para constituição, em cada ano, dos fundos permanentes referidos no artigo 2.º do decreto-lei n.º 35:969, de 22 de Novembro de 1946, serão processadas em folha a pagar na sede do Banco de Portugal a favor do Banco Nacional Ultramarino, que promoverá a sua transferência por via telegráfica para Cabo Verde;

b) As importâncias que forem autorizadas por despacho ministerial para constituição dos fundos permanentes serão abatidas:

As dos descontos para o Estado e das receitas por operações de tesouraria efectuados nas folhas de abonos ao pessoal dos meses de Outubro e Novembro;

As constantes das relações de receitas, do modelo n.º 1 anexo, arrecadadas na Colónia Penal, que não tenha sido possível deduzir, nos termos indicados na alínea f) do n.º 2.º, para a sua entrega dentro do próprio ano.

c) Em duas folhas especiais serão processadas a favor da Direcção Geral dos Serviços Prisionais:

Na primeira:

A importância correspondente aos descontos referidos na alínea b);

A importância das receitas referidas na mesma alínea:

Na segunda:

A importância que há-de constituir o fundo permanente da Direcção Geral dos Serviços Prisionais para o pagamento das despesas com as transferências e telegramas.

§ único. A justificação da importância dos descontos, processada nos termos da alínea c), será feita com os resumos dos mesmos descontos extraídos das respectivas folhas remetidas pela Colónia Penal; a da importância das receitas em poder da colónia com as relações que por esta forem remetidas.

d) A Direcção Geral dos Serviços Prisionais promoverá a entrega no Banco de Portugal das receitas provenientes dos descontos incluídos em folha e das cobradas pela Colónia Penal e dará o destino devido às importâncias das receitas por operações de tesouraria e dos «fundos privados».

2.º Na reconstituição dos fundos permanentes, nos termos do artigo 3.º do citado decreto-lei n.º 35:969, observar-se-á o seguinte:

Despesas com o pessoal

a) O reembolso será feito pela importância líquida das folhas de abono ao pessoal processada a favor do Banco Nacional Ultramarino;

b) Em folha especial a Direcção Geral dos Serviços Prisionais processará a seu favor a importância dos descontos;

c) Tratando-se do reembolso das despesas do mês de Janeiro deduzir-se-á também da importância que tiver de processar-se, nos termos da alínea a), a dos descontos do mês de Dezembro;

d) Em relação às importâncias processadas na folha especial, referida na alínea b), proceder-se-á de conformidade com o que se estabelece no § único da alínea c) e na alínea d) do número anterior.

Pagamento de serviços e diversos encargos

e) O reembolso destas despesas será processado na folha referida na alínea a) a favor do Banco Nacional Ultramarino;

f) Das importâncias a reembolsar pelas despesas efectuadas serão deduzidas, em cada mês, as constantes das relações das receitas arrecadadas na Colónia Penal;

g) A dedução a fazer no reembolso das despesas do mês de Janeiro compreenderá as importâncias das relações de receitas do próprio mês e as de Dezembro ou de outros meses do ano anterior por entregar;

h) As importâncias deduzidas nos termos das alíneas f) ou g) serão processadas a favor da Direcção Geral dos Serviços Prisionais na folha especial referida na alínea b); quanto à sua justificação e destino proceder-se-á como se estabeleceu na parte final do § único da alínea c) e na alínea d) do número anterior;